

### PARECER JURIDICO

REFERÊNCIA: PROCESSO LICITATÓRIO  
PREGÃO ELETRONICO 001/2020

A Comissão Permanente de Licitação, em atendimento ao que dispõe a Lei nº 8.666/93, no seu artigo 38, inciso VI e parágrafo único, submete à apreciação desta Assessoria o Edital e a Minuta do Contrato Administrativo, referente ao procedimento licitatório, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2020, que tem como objetivo a *contratação de empresa para* Aquisição de materiais de expediente, equipamentos de informática e suprimentos, e outros materiais de consumo, destinados a atender demanda da Prefeitura e Secretarias Municipais de Anísio de Abreu – PI.

De início, verifica-se que estão presentes todos os requisitos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, do Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, do Decreto nº 7892, de 23 de janeiro de 2013, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 26 de abril, de 2018, Decreto Municipal nº 34/2020, de 25 de maio de 2020, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. Além disso, o objeto do certame enquadra-se perfeitamente no conceito de bens e serviços comuns, ou seja, “aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais do mercado”, conforme disposto na legislação em vigor.

Com relação à minuta do contrato administrativo, verifica-se que nela estão presentes todos os elementos legais necessários, elencados no artigo 55, da Lei nº 8.666/93.

Com efeito, a elaboração do edital, referente ao procedimento administrativo em análise, seguiu todos os requisitos formais e materiais previstos em lei, especialmente ao que dispõe os artigos 40 e 43 da Lei de Licitações e Contratos Administrativos, da Lei Federal nº 10.520 de 17/07/2002 e do Dec. Federal nº 3.555/2000 de 08/08/2000, oferecendo oportunidade de concorrência e seguindo todos os princípios preconizados nos diplomas legais anteriormente citados.

Ante o exposto, opino pelo prosseguimento do certame.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Anísio de Abreu-(PI), 20 de julho de 2020.



**PEDRO RIBEIRO MENDES**  
Procurador Jurídico do Município  
OAB/PI-8303